

TURISMO, DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA.

Cloves Alexandre de Castro¹

RESUMO

Este ensaio pretende ser uma contribuição para a análise da atividade turística por meio de referenciais e reflexões geográficas “construídas” a partir da disciplina “Turismo, Território e Sociedade”, do programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Ao longo desta reflexão, o leitor vai se deparar com o debate geográfico acerca das problematizações sobre as ideias de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, trabalho e natureza. O turismo é compreendido neste trabalho como atividade econômica produtora de valores, espaços e territórios a partir da sacralização da natureza e da sua transformação em produtos com acentuado valor de troca. No entanto, não nos abstermos de considerar também como objetos da atividade turística as cidades históricas e as mobilidades associadas às diversas atividades de negócios relacionadas ao setor de serviços da economia capitalista. Concluímos acentuando a necessidade de se repensar os conceitos de desenvolvimento e de natureza, que estão atualmente moldadas aos interesses de reprodução do capital, dos quais a atividade turística também é parte.

Palavras-Chave: Geografia, turismo, desenvolvimento, natureza, capital, questão ambiental e sustentabilidade.

TOURISM, DEVELOPMENT AND NATURE: A GEOGRAPHIC ANALYSIS OF THE TOURISTIC ACTIVITY.

ABSTRACT

This essay intends to be a contribution for the touristic activity through geographic references and reflections based on the discipline “Tourism, Territory and Society”, from the post-graduation program in Geography at Instituto de Geociências of the Universidade Estadual de Campinas. During this reflection, the reader is going to have contact with the geographic debate on the problematizations of the development, sustainable development, sustainability, work and nature ideas. The tourism is conceived in this work as an economic activity which produces values, spaces and territories based on the sacralization of the nature and its transformation in products with high exchange value. However, we do not refuse to consider as objects of the touristic activity the historic cities and the mobilities associated to

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas e professor de Geografia no ensino fundamental da Prefeitura de São Paulo na EMEF “Ary Parreira”. clovesacastro@yahoo.com.br

various business activities related to the services section of the capitalist economy. We come to a conclusion emphasizing the need of rethinking the conceptions of development and nature, which are nowadays molded according to the capital reproduction interests, of which the touristic activity is also a part.

Keywords: Geography, tourism, development, nature, capital, environmental matter and sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir, a partir da Geografia, com o debate da análise da atividade turística, a qual tem sido objeto de estudos de várias ciências sociais e, nos últimos 20 anos, vem se transformando em objeto científico de diversas pesquisas no campo da Geografia.

A perspectiva teórica que enreda a análise é a materialista dialética, seja por compreendermos a produção do espaço como processo social resultado do trabalho humano (alienado ou não), seja por considerarmos fundamental, para qualquer análise de processos sociais, a presença dos sujeitos, agentes e atores sociais, bem como os seus respectivos interesses e conflitos, representados por meio das mais diversas contradições expressas nas formas de usos e apropriações dos espaços.

A atividade turística se revela atualmente como importante atividade econômica. É responsável pela origem de infindáveis capitais em praticamente todas as regiões do planeta. Justifica-se a tomada dessa atividade como objeto de análise da Geografia não apenas por se tratar de uma atividade econômica, mas também por se tratar de uma atividade humana que transforma a natureza e produz espaços por meio da ação que acompanha o homem desde sua origem: o trabalho (SMITH, 1988).

2. Turismo, ideologia e o “consenso” social democrata.

Antes de se caracterizar como prática de lazer exercida majoritariamente durante as férias por parcelas de trabalhadores urbanos, que, em seu tempo livre, procuram vislumbrar paisagens que insinuam um “retorno” à natureza sacralizada,

perdida nas cidades em função da industrialização, médicos no início do século XIX já recomendavam aos setores mais abastados da sociedade europeia o banho de mar ou os ares das serras como meio de reabilitar a saúde de seus pacientes (URRY, 1996).

Discutindo o percurso da Geografia dos professores aos *écrans* da geografia-espetáculo, Yves Lacoste (2007, p. 34) aponta que “a representação das paisagens é hoje uma inesgotável fonte de inspiração, não somente para pintores, mas para um grande número de pessoas...” e que “a ideologia do turismo faz da geografia uma das formas de consumo de massa”, ou seja, “multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoções estéticas, mais ou menos codificadas”.

O sentido aqui pretendido ao termo “ideologia do turismo” refere-se à tradição do conceito marxista de ideologia, elaborado por Marx e Engels na obra *Ideologia Alemã*, na qual concebem o problema enquanto consciência falsa e/ou equivocada da realidade.

A ideologia não se resulta de manipulação calculista ou propagantismo, mas de pensar a realidade sob o enfoque de determinada classe social que exerce o poder político e econômico na sociedade, abrindo espaço ao fetichismo da mercadoria, o qual se expressa por meio de mecanismos em que a mercadoria é apresentada ao mercado através do desejo que esses mecanismos despertam naqueles que a consomem ou gostariam de consumi-la.

Assim, estamos pensando a ideologia do turismo como a falsa leitura que o mercado faz da natureza e de seus recursos, com fins exclusivamente destinados à reprodução do capital, privatizando os acessos a recursos e lugares que até pouco tempo eram universais (MARX, K & ENGELS, F, 2001).

Maria Tereza Duarte Luchiari, no capítulo “Urbanização turística” de sua tese de doutorado “*O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba-SP*”, contribuiu para recuperarmos o momento em que aqueles lugares, até então cercados para uso e reabilitação exclusiva das classes dominantes, tornaram-se acessíveis, mesmo de forma segregada, aos trabalhadores urbanos. Trata-se, pois, da ideia (equivocada) que relaciona o ócio ao não trabalho, e o seu gozo passa a ficar associado ao tempo das férias remuneradas, depois de no mínimo doze meses dedicado ao trabalho assalariado. Nas palavras de Luchiari,

O romantismo entre os séculos XVIII e XIX valorizou a paisagem litorânea, assim como os banhos de mar – considerados como restauradores da saúde, consagraram os balneários marítimos [...] Com o advento do turismo de massa, os balneários passaram a ser estratificados em relação à frequência, mais popular ou de elite, e, em seguida, abriram caminho para a construção de casas à beira mar, os bangalôs (LUCHIARI, 1999, p. 123).

A partir do 2º pós-guerra, com o advento do Estado de bem-estar social, desponta o turismo de massa, principalmente naqueles lugares onde as classes trabalhadoras foram seduzidas pelo consenso social democrata, o qual permitiu aos trabalhadores da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão níveis de vida jamais experimentados até então pelas classes trabalhadoras do centro do capitalismo ocidental.

Entendemos por consenso social democrata o processo político iniciado na década de 1930 e acentuado no pós-guerra. Na essência daquele consenso estava o compromisso firmado entre burguesia e proletariado.

Enquanto para a burguesia aquele acordo representou escapar da ameaça permanente, sob a qual a agitação revolucionária a fizera viver durante parte significativa do século XIX e as primeiras décadas do século XX, para o proletariado tratava-se da perspectiva de sair da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, as quais caracterizavam a condição proletária.

De acordo com Alan Bihl,

[...] considerando-o do ponto de vista do proletariado, esse compromisso pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à “aventura histórica” em troca da garantia de sua “seguridade social (BIHR, 1998, p. 37).

Em outras palavras, renunciou-se à luta revolucionária pela transformação comunista da sociedade e aceitaram-se, em nome das “conquistas” oriundas da “seguridade social”, as novas formas capitalistas de dominação, que se tornaram hegemônicas no pós-guerra.

Certamente essas “conquistas”, que culminaram na “seguridade social” dos trabalhadores do centro do capitalismo ocidental, também representaram a intensificação da exploração das classes trabalhadoras dos países periféricos por meio da submissão consentida de suas burguesias aos interesses das potências imperialistas.

É neste momento que se produzem expressões como “Rio de Janeiro, cidade maravilhosa”, as quais fizeram cidades e regiões ganharem “dimensões” mundiais quando se trata da atividade turística. Há ainda o fetiche primeiro-mundista que considera o sul do Equador um dos lugares adequados para a prática de algo que se convencionou chamar de turismo sexual, ou seja, o agenciamento de mulheres, e até de crianças, pelas próprias agências de turismo responsáveis pelos pacotes turísticos.

Nota-se, portanto, que a atração turística está além da bela paisagem que conduz o homem a “sonhar” com uma natureza e tempo distantes, com um mundo bucólico, perdido e transformado pela história do homem no planeta, pois também resulta na possibilidade de compreender *in loco* histórias das civilizações, culturas e costumes regionais, religiões, etc.

Acima de tudo, a prática do turismo está relacionada a não cotidianidade, ao não trabalho, ao tempo livre cada vez mais escasso na sociedade capitalista, que, para se efetivar, faz-se necessário locomover-se para outro lugar e comprar os serviços de circulação, hospedagem e contemplação, os quais passam a ser chamados pelo mercado de “potencialidades turísticas de uma cidade ou região”, para assim poder ser caracterizada respectivamente como atividade e região turística.

As grandes empresas que promovem a prática turística utilizam-se de belas paisagens, adjetivadas de naturais, como estratégia de marketing para seduzir o consumidor. Qual concepção de natureza estaria imbuída nesses pontos de vista?

Anualmente, milhões de pessoas de diferentes classes sociais são “fiscadas” pelas sedutoras imagens das propagandas de empresas turísticas. Nelas paisagens paradisíacas são associadas a muito luxo, conforto e gente “bonita”. Tudo isso relacionado a preços “compatíveis” e com prazos de pagamento a perder de vista.

Na maioria das vezes, essas pessoas têm, no máximo, duas vezes ao ano para se dar ao luxo de escapar da sua cotidianidade, restritas ao emprego, estudo, família, asfalto, transportes precários e outras questões que afligem o homem moderno na vida cotidiana nas cidades do mundo atual. Porém, muitas vezes se dirigem a lugares semelhantes aos que vivem, mas que têm ambientes não perceptíveis em seus cotidianos mediados pela heteronímia do trabalho assalariado, ou seja, a sociabilidade da vida cotidiana mediada pelo espaço-tempo das relações

de trabalho e consumo limita a percepção da beleza do lugar por causa da brutalização do Ser por meio das precárias condições de reprodução impostas pela relação desigual entre capital e trabalho.

Isso nos lembra o trecho do livro *Campo Geral*, de Guimarães Rosa, no qual o médico pergunta a Miguilim o nome daquele bonito lugar onde eles se encontraram e que era o lugar de Miguilim. Miguilim ficou indignado com o adjetivo utilizado pelo médico, não por achar o Mutum um lugar feio, até porque ele tinha um sério problema de visão, mas pelo fato de sua mãe estar sempre excomungando aquele lugar de “maldito”.

A intencionalidade do trecho acima foi a de contribuir para mostrar que “a peleja da vida cotidiana” nos impede de vermos as belezas dos lugares onde vivemos e “nos faz” ir à busca da tal “natureza intocada” vendida pelos agentes da atividade turística, em que o ócio não é pecado mortal e a religião do trabalho não está instituída por todos os poros (LAFARGUE, 2000), mas que, no entanto, está disponível apenas aos que estão dispostos a pagar pelo serviço.

3. A natureza do discurso da atividade turística sobre a natureza

A tradição filosófica marxista tem abordado a problemática da natureza como uma unidade com a sociedade que a produz. Se ela é produzida, significa que tal produção é efetivada historicamente e são os seres humanos que as produzem. Isso quer dizer que a natureza, tal como a conhecemos, foi produzida pelas mãos, técnicas e práticas de todas as gerações humanas que por aqui passaram.

Essa análise considera um mito a ideia de natureza intocada, pois não há espaço no planeta que não tenha sofrido transformações originadas pela materialização do trabalho humano produtor do espaço geográfico e da própria natureza reproduzida a partir da relação homem-natureza natural por meio do trabalho, e dando origem às chamadas primeira e segunda natureza (SANTOS, 1999). Nesse sentido, nossa leitura é inversa à da concepção de natureza difundida pelas agências de turismo e de alguns órgãos institucionais e de comunicação pelo mundo todo (SMITH, 1988), que pautam a natureza como uma mercadoria que na prática não existe mais no estado em que a propaganda anuncia.

Entretanto, é possível compreender tal postura, pois a concepção de produção da natureza construída por Neil Smith em *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço* é uma ameaça, senão um ataque, aos que reproduzem seus capitais vendendo o que não existe mais.

Alan Bhir contribui de forma muito didática para essa discussão sobre a natureza das naturezas ou a natureza natural e a histórica.

Ora, a atual crise ecológica não exige “defender a natureza”: respeitar ou restituir uma “ordem natural” considerável imutável e intocável. Pois tal ordem não existe: a natureza tal, como a conhecemos, é resultado de uma evolução muito longa, para a qual contribuíram de maneira decisiva, pelo menos em nosso planeta, milênios de trabalho humano (BIRH, 1998, p. 132).

Assim, compreender a natureza produzida socialmente é, também, reconhecer a problemática urbana atual como natureza humana, da mesma forma que as imagens dos lugares, nas propagandas que alimentam a atividade turística também são.

Pensamos que neste momento chegamos a um ponto fundamental para a história da humanidade e para a continuidade da própria humanidade: se, ao interagirmos com a natureza natural, produzimos as naturezas históricas e, se o espaço geográfico é socialmente produzido, por que o acesso a essas produções é desigual?

A questão, situada historicamente, é a seguinte: o modo de produção capitalista tem em seu centro a produção do espaço de uma maneira específica e necessária à sua própria dinâmica, expressando geograficamente suas contradições mais fundamentais - entre valor de uso e valor de troca, entre sociedade e natureza, entre se fixar para concretamente produzir e se mobilizar para circular, como valor abstrato.

Em outras palavras, no modo de produção capitalista, todo valor tende a se transformar em valor de troca, cuja parte determinada pela dinâmica da acumulação e reprodução do capital retorna para dinamizar ainda mais a produção e garantir maiores investimentos e lucros futuros, à custa da desvalorização e precarização dos trabalhadores e do trabalho.

Essa equação perversa impede que toda natureza produzida diariamente pelo trabalho de milhões de operários, ou seja, as belas cidades de veraneio, os bens de

consumo, as cidades em que vivemos e produzimos cotidianamente, sejam usufruídas por quem as produzem.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar outra forma de desenvolvimento social para além do viés puramente econômico e da lógica destrutiva do capital, a fim de que possamos produzir uma natureza harmônica com a presença humana no planeta cujo sentido fundamental seja o valor de uso dos resultados dos trabalhos socialmente produzidos.

4. Desenvolvimento e a questão ambiental: agendas do capital

A questão do desenvolvimento sempre esteve na agenda da sociedade moderna. No entanto, o desenvolvimento sempre foi visto pela ótica da reprodução das coisas e na forma como elas têm sido desde o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, buscando o desenvolvimento econômico através das inovações dos processos produtivos tecnológicos para maior eficácia e rapidez da produção capitalista a qualquer custo.

Já a questão ambiental entrou na agenda mundial a partir do 2º pós-guerra e se expressou com força nos movimentos sociais europeus da década de 1960. Tal tema veio à tona fundamentalmente diante do fato de a social democracia europeia ter amenizado questões mais centrais da vida cotidiana dos trabalhadores.

Esse fato elevou o nível médio de vida e trouxe para a ordem do dia temas que até então não estavam presentes nas pautas de reivindicações dos movimentos sociais europeus, tais como a problemática ambiental.

A 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU em 1972, foi o primeiro evento em escala mundial que expressou preocupação com as questões ambientais globais. Quinze anos depois foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o Relatório Brundtland, em que se formula pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor implica satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, preservando as espécies e os habitats naturais, ou seja, uma proposta de desempenhar um desenvolvimento que não agrida o meio ambiente. Após quase

trinta anos na formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, em diversas administrações, nos mais variados níveis dos poderes, nos meios de comunicações e acadêmicos, usa-se e abusa-se do conceito de desenvolvimento sustentável, mas quase sempre sem contestá-lo.

Qual o sentido de querer unir a qualquer custo no capitalismo o que o próprio capitalismo, pela sua essência e dinâmica, separou acentuadamente²? Será de fato possível buscar desenvolvimento a partir da ótica que o tema tem sido difundido? Sem alterar a matriz produtiva e transformando tudo o que for possível em valor de troca, alimentando o ciclo da reprodução do capital? Qual o papel dos agentes da atividade turística sobre essas questões?

Responder a essas questões não é tarefa fácil e, certamente, suscitará outras questões de ordens tão ou mais complexas.

Para se constituir, o modo de produção capitalista separou, por meio dos seus agentes, os homens das suas ferramentas de trabalho para poder assalariá-los. O homem foi desapropriado da sua principal fonte de valor, ou seja, da terra. Fora do seu "habitat" natural, aquele trabalhador passou a produzir em fábricas, depois em indústrias, de acordo com um processo de divisão do trabalho cada vez mais fragmentado.

Tal fragmentação faz com que cada vez mais o trabalhador se distancie da sua capacidade criadora, não mais se reconhecendo no produto do seu trabalho, pois o assalariamento o transforma em produto do capital não no sentido da natureza da sua origem enquanto ser, mas no sentido de que são atribuídos à sua obra enquanto criador valores de troca que, na sociedade do capital, prevalecem em relação aos valores de uso (LEFEBVRE, 2001).

Nesse sentido, a natureza apresentada à sociedade contemporânea é resultado do acúmulo de milhares de anos de trabalho humano, do homem agindo sobre a natureza já não mais natural, para reproduzir a sua existência enquanto Ser. No final do século XVIII, com a vitória da revolução burguesa e posteriormente a difusão do positivismo científico - construído no processo revolucionário (base do pensamento burguês) - é que se dá a operação ideológica que separa o homem da

² Não se trata, pois, de considerar o modo de produção capitalista o responsável pela separação entre homem e natureza. A emergência dessa dicotomia acompanha o processo de divisão social do trabalho e de urbanização da sociedade, que são antecedentes à emergência do capitalismo. No entanto, é a partir das bases que configuraram o atual modo de produção que se acentuou a distância entre uma natureza natural (que já não existe mais) e o homem, produtor do espaço e das naturezas subsequentes à natureza natural (SMITH, 1988).

natureza. Trata-se, antes de tudo, de um processo político de aceitação, coerção e submissão. Os cercamentos das terras na Europa, do final do século XVIII, a configuração de uma nova divisão social e territorial do trabalho e a ideologia de que a liberdade estaria nos “ares das cidades” contribuíram para se produzir uma falsa dicotomia entre campo e cidade, na qual o primeiro aparece como lugar de atraso e o segundo como o lugar do progresso e da modernidade.

5. Considerações finais

Arlete Moysés Rodrigues (2001), em *O mito da sustentabilidade da atividade turística*, nos ajuda a compreender como a difusão da possibilidade de diálogo entre desenvolvimento e sustentabilidade está a serviço da reprodução das relações sociais que determinam a produção da sociedade da forma como elas têm sido historicamente. Afinal, quem não quer a produção de um desenvolvimento associada a um ambiente saudável? Mas são poucos os que se atentam aos significados conceituais desses temas e, principalmente, conseguem associá-los às práticas cotidianas e às consequências na natureza produzida continuamente.

O desenvolvimento, da forma como têm ocorrido, está a serviço do capital, e a perspectiva da sustentabilidade, também! Observemos nos programas das centenas de cursos de engenharia ambiental espalhados pelo país e nas agendas das consultorias ambientais, principalmente quando se trata da elaboração de um parecer técnico para uma obra de grande importância para o capital, como se dão as posturas dos gestores públicos frente a pareceres que contrariam seus interesses desenvolvimentistas (vide a questão da hidroelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, no Acre e a transposição das águas do Rio São Francisco).

E como se não bastasse isso, há ainda o discurso conservador preservacionista, o qual é instituído por meio de agentes que enxergam o reencantamento da natureza como suporte para uma nova atividade econômica, como o turismo.

Nesse processo, os polos de atrações turísticas são “cercados”, e a população local é impedida de frequentá-los, a não ser para o exercício do trabalho assalariado. Assim, muda-se toda uma dinâmica histórica e produtiva até então responsável pela produção da natureza, da paisagem local e da reprodução da

comunidade humana que vive no lugar. Tudo isso por meio do discurso preservacionista que sugere segregar o acesso das populações locais e instituir sobre o suposto “paraíso natural” o valor de troca, transformando-o então em capital.

Assim, faz-se necessário desmistificar o discurso do desenvolvimento sustentável. Edvaldo Moretti (2001), em *A atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal*, aponta para esse caminho quando argumenta que toda atividade econômica produz territórios e que toda produção é ao mesmo tempo destruição. Ele chama esse processo de “produção destrutiva”. O caráter destrutivo a que se refere Moretti (2001) se dá, evidentemente, por se tratar de uma produção para o capital.

Amartya Sen, economista indiano, presidiu o Banco Mundial nos anos de 1996 e 1997, prêmio Nobel de economia em 1998, propõe que o desenvolvimento seja visto e perseguido, acima de tudo, em busca da liberdade. Ele compara diversas economias do mundo com os níveis de vida das populações. Através de suas análises, nos mostra que o desenvolvimento econômico não tem trazido melhora de vida para as populações que o possibilita. Para ele:

O desenvolvimento econômico tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, AMARTYA, 2001, p. 29).

É claro que a liberdade tem de ser o princípio que deve nortear as ações humanas. Entretanto ela tem sido, infelizmente, um dos mais duros ataques do capital: em pleno mundo da “livre” circulação, pessoas são impedidas de entrar em diversos Estados do centro do capitalismo mundial. Os EUA ergueram um gigantesco muro para impedir a migração de latinoamericanos em busca de trabalho e melhores remunerações; a indústria do turismo se apropria de territórios e o acesso a eles passa a se dar através do pagamento de valores estipulados pelo mercado; os Estados francês, italiano, espanhol e alemão endurecem suas políticas contra os imigrantes, e trabalhadores de todo mundo lutam desesperadamente por um emprego.

Embora se trate de um intenso trabalho, com importantes informações, em nenhum momento do *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen condicionou a

perspectiva da liberdade à luta contra o caráter destrutivo do capital.

Faz-se necessário produzirmos uma nova ordem. Ordem esta que recupere o homem em sua humanidade. Que o direito ao trabalho seja viabilizado e garantido como obra e não como produto. Que o direito à preguiça e ao ócio seja valorizado como objeto e condição de criação, não como pecado mortal instituído pela “religião” do trabalho por meio da aliança clerical e burguesa, ambas a serviço do capital.

Os agentes desse processo continuam sendo as classes que vivem da venda do próprio trabalho, mas não se trata mais daquela classe operária da qual Marx falara há 165 anos. Ela está muito mais ampla, e, por isso, bem mais fragmentada. Encontra-se lutando desesperadamente pela inclusão no mercado de trabalho, numa fase que o capitalismo opera por exclusão desses mercados, “pois o capital financeiro, o monetarismo e o desenvolvimento tecnológico trazem um novo tipo de concentração privada da riqueza que dispensa o trabalho e o consumo de massa” (CHAUÍ, 2000).

Para elucidar ainda mais a necessidade de mudar de rumo, vale a pena transcrever aqui as palavras de Viviane Forrester em seu livro *O horror econômico*:

Qualquer que tenha sido a história da barbárie ao longo dos séculos, até agora o conjunto dos seres humanos sempre se beneficiou de uma garantia: ele era essencial ao funcionamento do planeta, à produção e à exploração dos instrumentos do lucro, do qual representava uma parcela. Elementos que o preservavam.

Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes [...] (FORRESTER, 1997, p.136).

Nesse sentido, Marilena Chauí (1999, p. 55) concluiu: “Depois de haver produzido mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a última mercadoria descartável”.

Neste cenário, faz-se urgente compreender o que podemos chamar de classe operária hoje. Para nós, trata-se da classe que vive do trabalho e luta para ter acesso a ele. Mas é necessário mais do que lutar pela manutenção do trabalho ou pela sua aquisição. Faz-se necessário reencontrar a humanidade na prática social do trabalho por meio da obra e da práxis social. Faz-se necessário aniquilar o valor de troca e com ele o capital e seu poder destrutivo. Faz-se necessário com tudo isso produzir outra natureza, baseada no valor de uso e num desenvolvimento que tenha como norte a planificação social e a produção de uma natureza que restabeleça a

unidade entre sociedade e natureza desmembrada com o modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2001). Mas isso só é possível em uma sociedade para além do capital e da sua lógica destrutiva, pela qual a atividade turística se originou através da transformação de espaços em lugares da natureza sacralizada a serviço da reprodução ampliada do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIHR, A. A crise ecológica. In: **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998, p.123-141.

CHAUÍ, M. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

LACOSTE, Y. A geografia - **Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. – 13ª edição. Campinas: Papirus, 2007.

LAFARGUE, PAUL. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCHIARI, M.T.D.P. **Urbanização Turística**. In: **O lugar no mundo contemporâneo. Turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. Tese de doutorado. IFCH, UNICAMP, 1999, p.116-130.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 119p.

MORETTI, E. C. **A atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal**. In: BANDUCCI JR., MORETTI E.C., Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed.UFMS, 2001.

RODRIGUES, A. M. **O mito da sustentabilidade da atividade turística**. In: BANDUCCI JR., MORETTI E.C., Qual paraíso?: Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed.UFMS, 2001.

ROSA, G. **Campo Geral**. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, 409p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

